

# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 3

Marcia Aparecida Alferes

(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**  
(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas  
na Educação**  
**3**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 3 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-003-2

DOI 10.22533/at.ed.032181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Estão incluídos, nesta categoria, os textos que tratam da Educação Básica. A Educação Básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN tem por finalidades: a) desenvolver o educando; b) assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania; e c) fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Educação Básica obrigatória e gratuita deve ser ofertada dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Os capítulos sobre Educação Básica trazem artigos sobre o desafio de inclusão de crianças e adolescentes nas escolas; o ensino médio alinhado a formação para o mercado de trabalho; a avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo; as áreas do conhecimento como promotoras da aprendizagem significativa; as instâncias colegiadas como parceiras do processo de ensino e aprendizagem.

Todos esses assuntos estão alinhados com os princípios sobre os quais o ensino deverá ser ministrado e que se encontram no artigo 3º da LDBEN. Além disso, contemplam o disposto no artigo 205 da Constituição Brasileira, de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO BÁSICA NA AGENDA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DO SEU CONTEXTO DE INFLUÊNCIA	
<i>Márcia Helena Amâncio</i> <i>Remi Castioni</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS UM GRANDE DESAFIO NA ATUALIDADE	
<i>Clair Machado Rangel</i> <i>Eliane Maria Bedinot da Rocha</i> <i>Marilene Felisberto Boff</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A SUSTENTABILIDADE DIANTE DE UMA CRISE CIVILIZATÓRIA	
<i>Raquel Fernanda Ghellar Canova</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
AFETIVIDADE E LÍNGUA INGLESA: UM ESTUDO SOBRE CRENÇAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	
<i>Tauã Carvalho de Assis</i> <i>Neuda Lago</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
ANÁLISE DE DESEMPENHO DE CONCLUINTEs DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TESTE DE CRIATIVIDADE EM MATEMÁTICA	
<i>Mateus Gianni Fonseca</i> <i>Juliana Campos Sabino de Souza</i> <i>Cleyton Hércules Gontijo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>49</b>
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA OFERTADA AOS ALUNOS PAEE EM ESCOLAS PÚBLICAS	
<i>Maria Aparecida Ferreira de Paiva</i> <i>Tatiane Regina dos Santos Quarantani</i> <i>Amanda Garcia Bachiega</i> <i>Vera Lúcia Messias Fialho Capellini</i> <i>Ana Paula Pacheco Moraes Maturana</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>57</b>
ANÁLISE DE LIVROS DE BIOLOGIA OFERTADOS PARA O ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
<i>Camila Maria de Souza Silva</i> <i>Wellington Alves Piza</i> <i>Mirella de Fátima Silva</i> <i>Gabriella Ramos de Menezes Flores</i> <i>Rafaela Franco Dias Bruzadelli</i> <i>Caroline de Souza Almeida</i> <i>Ingridy Simone Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0321819127</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 61**

DISSONÂNCIAS E RESSONÂNCIAS: A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

*Maria Carolina Branco Costa*

*Marcia Cristina Argenti Perez*

**DOI 10.22533/at.ed.0321819128**

**CAPÍTULO 9 ..... 77**

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO DO CEPAE/UFG: A COMPREENSÃO DE ESTUDANTES SOBRE ESTE COMPONENTE CURRICULAR

*Dayse Alisson Camara Cauper*

*Tiago Onofre da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.0321819129**

**CAPÍTULO 10 ..... 84**

ENSINO MÉDIO EM FOCO: POLÍTICA EDUCACIONAL, MERCADO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

*Ana Lara Casagrande*

*Kátia Morosov Alonso*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191210**

**CAPÍTULO 11 ..... 96**

FATORES CONTEXTUAIS ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE MINAS GERAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

*Luiz Vicente Fonseca Ribeiro*

*Ana Luísa Marlière Casela*

*Wagner Silveira Rezende*

*Naira da Costa Muylaert Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191211**

**CAPÍTULO 12 ..... 111**

FATORES QUE AFETAM / INFLUENCIAM NO IDEB DE ESCOLAS DE PELOTAS/RS: ALGUMAS ANÁLISES ENTRE O ALTO E BAIXO INDICADOR

*Évelin Rutz*

*Deise Ramos da Rocha*

*Nadiane Feldkercher*

*Álvaro Luiz Moreira Hypolito*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191212**

**CAPÍTULO 13 ..... 116**

INTERDISCIPLINARIDADE NA ESCOLA ATUAL: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA

*Sebastiana de Fátima Gomes*

*Juliana Inhesta Limão Thiengo*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191213**

**CAPÍTULO 14 ..... 123**

METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM-AVALIAÇÃO PARA ALUNOS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR APRENDEREM MATEMÁTICA ATRAVÉS DE PROBLEMAS

*Cristiane Johann Evangelista*

*Dilson Henrique Ramos Evangelista*

**DOI 10.22533/at.ed.03218191214**



<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>131</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Maria Raquel Moura de Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>142</b>
O CERRADO NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS: UM ESTUDO NAS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE GOIÁS	
<i>Franciane Prado Gonçalves</i>	
<i>Tatiane Rodrigues Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>149</b>
O CONSELHO ESCOLAR E ATUAÇÃO PRÁTICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: BREVES CONSIDERAÇÕES.	
<i>José Pedro Garcia Oliveira</i>	
<i>José Carlos Martns Cardoso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>162</b>
O MOVIMENTO SECUNDARISTA “OCUPA TUDO RS”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SANTA CRUZ DO SUL	
<i>João Luís Coletto da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>171</b>
O NOVO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO: UM CONVITE À REFLEXÃO	
<i>Luis Roberto Ramos de Sá Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03218191219</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>178</b>

## ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA OFERTADA AOS ALUNOS PAEE EM ESCOLAS PÚBLICAS

### **Maria Aparecida Ferreira de Paiva**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) -  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus,  
Bauru – São Paulo

### **Tatiane Regina dos Santos Quarantani**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) -  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus,  
Bauru – São Paulo

### **Amanda Garcia Bachiega**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) -  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus,  
Bauru – São Paulo

### **Vera Lúcia Messias Fialho Capellini**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) -  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus,  
Bauru – São Paulo

### **Ana Paula Pacheco Moraes Maturana**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) -  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus,  
Bauru – São Paulo

**RESUMO:** Este trabalho é um recorte de uma pesquisa solicitada pelo Ministério Público de Bauru/SP, que teve como objetivo investigar como está ocorrendo o atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) no contexto escolar, tendo como foco a qualidade no ensino na classe comum e no atendimento educacional especializado nas escolas públicas. Foram utilizados como procedimentos análise do Projeto Político Pedagógico (PPP)

e questionário respondido pelos funcionários de uma Escola Estadual que atende ao Ensino Fundamental Ciclo II, com vistas à construção dos dados. Utilizou-se o método de tabulação quantitativo e qualitativo. Os resultados apontam que há desconhecimento da legislação em vigor e pouca familiaridade com o assunto. Diante desta realidade, necessário se faz entre outros aspectos melhorar o documento que ampara a escola (PPP), buscar maior embasamento teórico na literatura para nortear a prática e articular os atendimentos da sala de recurso com a sala regular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Educação Inclusiva. Projeto Político Pedagógico. Público alvo da Educação Especial.

**ABSTRACT:** This work is an excerpt of a research requested by the Public Prosecutor of Bauru /SP, which aimed to investigate how the attendance of the target audience of Special Education (SEN) in the school context is taking place, focusing on quality in teaching in class and specialized educational services in public schools. The procedures used were analysis of the Political Educational Project (PPP) and questionnaire which were answered by the employees of a State School that attends Elementary School Cycle II, with the aim of data construction. The quantitative and qualitative tabulation method was used. The results indicate



that there is an unawareness of the current legislation in force and little familiarity with the subject. Considering that and other aspects, it is necessary to improve the document that supports the school (PPP), to search for a more theoretical framework in the literature in order to guide the practice and articulate the attendance in the resource room with the regular room.

**KEYWORDS:** Special Education. Inclusive education. Political Pedagogical Project. Special Educational Needs.

## 1 | INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiências, superdotação/altas habilidades e transtorno do espectro autista, ou seja, o público alvo da educação especial (PAEE) nas escolas regulares vem crescendo a cada ano letivo de acordo com dados do Censo escolar de 2016. Os motivos podem ser atribuídos tanto a uma mudança de visão das famílias em relação à escolarização de seus filhos, como por consequência da obrigação contida nos documentos legais, ou até mesmo pela junção destes e de outros fatores.

Sabe-se que ao longo da história a relação da sociedade com as pessoas com deficiência teve várias nuances, passando pelo maltrato e negligência; pela institucionalização; pelo período de proteção e compadecimento; depois pela segregação de uma educação à parte; pela aceitação e integração e, atualmente, pela perspectiva de inclusão dessas pessoas em todos os espaços sociais (ARANHA, 2001).

Através dos documentos legais (BRASIL, 1988; LDB, 1996, 2013; MEC, 2007; MEC/SEESP 2008; BRASIL, 2015), entre outros, garantiu-se o acesso e a permanência destes, porém ainda não foi realizada a inclusão de fato e integral.

Faz-se necessário romper paradigmas e construir novos preceitos e ferramentas para que as escolas atendam a diversidade existente, para que todos realmente possam viver o seu direito a Educação e a aprendizagem. A escola precisa passar por transformações, transcender a teoria, vivenciar a práxis contínua e formativa, concretizar a inclusão, trabalhar de modo significativo em meio à heterogeneidade existente e atribuir qualidade ao ensino.

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento. (MANTOAN, 2007, p. 45)

Diante dessa realidade vivenciada em diversas localidades do nosso país, o Ministério Público de Bauru/SP recebeu uma grande demanda de famílias buscando

amparos legais, uma vez que seus filhos com deficiências variadas, não estariam, segundo eles, recebendo atendimento educacional especializado adequado nas escolas, na maioria, públicas estaduais de Bauru e jurisdição, em que há falta de profissionais capacitados para atendê-los, além de outras carências, conforme registrado nos autos do inquérito civil nº 6029/13-9.1, pelo promotor de justiça do município de Bauru.

Em busca de parceria, o Ministério Público (MP) convocou as Instituições de Ensino Superior (IES), para apresentar a proposta da realização de uma pesquisa com o objetivo de responder a necessidade de elaboração de um plano de intervenção frente às demandas de famílias de alunos PAEE. A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), a Faculdade Anhanguera/Kroton e Universidade do Sagrado Coração (USC), aceitaram e propuseram como método a pesquisa-ação-colaborativa, tendo como colaboradores o Ministério Público e os sistemas de ensino estadual e municipal da Comarca de Bauru. (CAPELLINI, 2015)

Após três reuniões de trabalho com pesquisadores associados, elegeram-se as principais perguntas a serem investigadas neste estudo:

- Os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas contemplam a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?
- As escolas regulamentaram em seus documentos o atendimento pedagógico especializado previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), atualizada em 2013 e, existem nessas escolas toda a documentação prevista nas normativas estaduais e municipais dos estudantes PAEE?
- As práticas pedagógicas desenvolvidas na classe comum e nos atendimentos da educação Especial garantem a aprendizagem de todos os estudantes PAEE?
- Como os envolvidos na escolarização dos estudantes PAEE (pais, equipe gestora, professores, cuidadores, demais profissionais e os próprios estudantes PAEE) avaliam a inclusão escolar nas escolas da Comarca de Bauru?
- Quais tópicos e que metodologia utilizar na formação continuada na modalidade semipresencial, visando melhorar a qualidade da inclusão escolar? Como os participantes desta formação avaliam o curso recebido e sua aplicabilidade?

Nesse sentido, este projeto, visa atender a demanda, no contexto escolar, tendo como foco a qualidade no ensino na classe comum e no atendimento educacional especializado para os alunos referenciados PAEE.

É importante ressaltar, que este projeto contribuirá para a construção do conhecimento científico a partir de dados da própria realidade escolar, na qual, além de atuar sobre toda comunidade escolar, evidenciará suas reais necessidades, contribuindo de forma ímpar, tanto para com alunos PAEE quanto para com os professores e equipe gestora das escolas pesquisadas e das demais, num processo inclusivo.

Será utilizada a pesquisa-ação-colaborativa como método e os procedimentos para coleta dos dados seguirão quatro etapas:

Etapa 1- Seleção e tratamento dos documentos

Etapa 2- Sorteio das escolas a serem avaliadas *in loco* (amostra representativa) de cada um dos sistemas de ensino

Etapa 3- Planejamento e oferta da formação continuada

Etapa 4- Avaliação do curso de Formação Continuada

Este trabalho analisará um recorte da Etapa 1 na qual a promotoria pública solicitou a todas as escolas da Comarca de Bauru o envio em formato digital de seu Projeto Político Pedagógico ou similar, buscando os seguintes descritores: inclusão, educação inclusiva, educação especial, deficiência, necessidades educacionais especiais, adaptações, adequações, flexibilização, acessibilidade, formação continuada; a fim de verificar se os documentos contemplavam, na íntegra, a inclusão escolar dos estudantes PAEE.

Desta forma, esta primeira etapa buscou compreender a trajetória dos serviços de Educação Inclusiva, as concepções, conceitos e respaldos legais e institucionais que legitimam a inclusão escolar pública nestes municípios.

Assim sendo, aqui serão apresentados os resultados das análises de uma das escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ciclo II, localizada no município de Bauru, tendo como base o seu PPP e os questionários respondidos pelos diversos atores da escola: funcionários, professores e gestores.

## 2 | METODOLOGIA

Após análise do PPP e dos questionários respondidos pelos alunos, pais, professores, gestores e funcionários de uma das escolas estaduais de Bauru, os dados foram computados em uma planilha e apresentados de maneira quanti e qualitativa, objetivando dar uma devolutiva construtiva à escola para que consiga se adequar e construir uma cultura inclusiva dentro de seus muros e que os ultrapasse em prol da efetivação da equidade, repensando as diferenças e concretizando práticas pedagógicas realmente inclusivas.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Optou-se por explorar aqui os dados do questionário respondido pelos vários atores da escola, funcionários, professores e gestores, dentre os quais contou-se com dezoito participantes: seis professores, dois gestores, sete membros da equipe escolar (inspetor de alunos, merendeiras, AOE – Agente de Organização Escolar) e três que não especificaram a função desempenhada.

Abaixo segue os resultados do questionário para as dimensões relevantes que

objetivam avaliar o a criação de culturas inclusivas nas escolas.

<b>Dimensão A: criando culturas inclusivas</b>		<b>% resposta concordo</b>
<b>A2: Estabelecendo valores inclusivos</b>		
<b>A2.1</b>	A escola desenvolve valores inclusivos que são compartilhados.	77,8%
<b>A2.2</b>	A escola encoraja o respeito a todos os direitos humanos.	94,4%
<b>A2.3</b>	Inclusão é entendida como a ampliação da participação de todos.	94,4%
<b>A2.4</b>	As alunos são igualmente valorizados.	94,4%
<b>A2.5</b>	A escola combate todas as formas de discriminação.	94,4%
<b>A2.6</b>	A escola promove interações não violentas e resoluções de desavenças.	88,9%
<b>A2.7</b>	A escola encoraja alunos e adultos a sentirem-se bem a respeito de si mesmos.	88,9%
<b>A2.8</b>	A escola contribui para a saúde dos alunos e dos adultos.	83,3%

Figura1. Dimensão A: criando culturas inclusivas

<b>Dimensão B: Produzindo políticas inclusivas</b>		<b>% resposta concordo</b>
<b>B1: Desenvolvendo a escola para todos</b>		
<b>B1.1</b>	A escola tem um processo de desenvolvimento participativo.	94,4%
<b>B1.2</b>	A escola adota uma abordagem inclusiva de liderança.	88,9%
<b>B1.3</b>	A experiência dos funcionários é conhecida e aproveitada.	83,3%
<b>B1.4</b>	Todo funcionário novato é auxiliado a se acomodar na escola.	94,4%
<b>B1.5</b>	A escola procura matricular todas as alunos de sua localidade.	100,0%
<b>B1.6</b>	Grupos de ensino e aprendizagem são montados com justiça, de forma a apoiar a aprendizagem de todas os alunos	77,8%
<b>B1.7</b>	Os alunos são bem preparados para se transferirem para outros ambientes	66,7%
<b>B1.8</b>	A escola é fisicamente acessível a todas as pessoas.	83,3%

Figura 2. Dimensão B: produzindo políticas inclusivas.

Em linhas gerais os profissionais entrevistados avaliam que a escola estabelece valores inclusivos e produz políticas inclusivas.

Sabe-se que a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 traz elementos norteadores que amparam a universalização do atendimento educacional com qualidade e algumas diretrizes democráticas para a construção da proposta pedagógica. Apesar das escolas se basearem em normas gerais da educação, elas se diferenciam entre si, cada unidade atende suas necessidades pedagógicas e educacionais específicas. Nesse sentido, os PPPs devem ser construídos a partir da política de inclusão, visando o acesso a todos e sua permanência com qualidade.

As informações contidas no PPP analisado são inconsistentes, não trazem de forma clara a quantidade de alunos por turma, corpo docente, proposta curricular e não se refere à demanda dos alunos PAEE. Apresenta ao longo do texto toda uma concepção de ensino voltada à educação inclusiva e a diversidade, abordando temas como adaptações curriculares e atendimento educacional especializado, porém não especifica como estas são concretizadas.

Mostra-se leigo frente à legislação ou falta de familiaridade com seus termos. No decorrer do texto “aluno com deficiência” ou “PAEE” não aparecem em nenhum momento. Fazem menção a “alunos com necessidades educacionais especiais”. Traz

um item destinado a “Educação Especial e Educação Inclusiva” não fazendo distinção entre as duas, remetendo-se principalmente às adaptações curriculares, porém com um caráter mais conceitual que atitudinal.

Cita o AEE (Atendimento Educacional Especializado) que acontece no contra turno em uma unidade escolar próxima, porém não relata como este ocorre e quem é beneficiado por ele. O trabalho conjunto entre o professor da sala regular e o professor especializado não consta no PPP.

De acordo com David e Capellini (2014) os professores do Ensino Regular e Sala de Recurso devem juntar suas habilidades, seus conhecimentos e perspectivas à equipe, procurando estabelecer uma combinação de recursos para fortalecer o processo de ensino-aprendizagem do aluno PAEE.

A gestão democrática é pouco explorada, poderia ganhar um enfoque maior e estar mais explícita no texto. Segundo Libâneo (2001) a participação da comunidade possibilita o conhecimento, a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida da escola, podendo influenciar na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino.

Por isso, a gestão participativa requer um esforço dos educadores em estimular instâncias e práticas de participação popular, devendo isso ser uma necessidade, onde há diálogo entre todos que participam da instituição escolar para que possam estabelecer parâmetros para melhor execução do trabalho pedagógico na escola.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a escola poderia melhorar o documento em relação à educação especial na perspectiva inclusiva se aprofundando nas questões práticas de sua concretização quanto à descrição do PAEE, das características de seus familiares, dos recursos utilizados para as adequações curriculares, das estratégias metodológicas utilizadas, das ações realizadas para ampliar o vínculo entre escola/família/comunidade e das formas de participação dos servidores em relação ao estudante PAEE. É preciso buscar maior embasamento teórico sobre o assunto na literatura e nos documentos legais, alguns dos quais são citados na “Bibliografia”, porém sem estarem incorporados ao longo do Projeto Político Pedagógico.

#### REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XI n. 21, pp 160-173. 2001.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados,



Edições Câmara, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (Org.). **Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público alvo da educação especial em escolas públicas da comarca de Bauru**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, 2015.

DAVID, Lilian; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v.25, n. 2, p. 189-209, maio/ago. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. São Paulo: Editora Memnon, 2001.

